



CONGRESSO NACIONAL

CD/24085.71123-00

PARECER Nº , DE 2024

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 12, de 2024, que *“Altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.”*

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado JONAS DONIZETTE**

I. RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 183/2024, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12, de 2024 (PLN 12/2024), que *“Altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024”*.

Conforme a Exposição de Motivos nº 19/2024/MPO, que acompanha a proposição, pretende-se promover alterações no art. 4º da Lei, que trata de autorizações para abertura de créditos suplementares, e no Anexo V, relativamente a autorizações para criação de cargos e funções no Supremo Tribunal Federal (STF), no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e no Ministério das Relações Exteriores (MRE).

As alterações promovidas ao art. 4º podem ser assim resumidas:

- permissão para alteração mais célere de subtítulos decorrentes de emendas parlamentares, sem a necessidade de constatação de impedimentos técnicos e de anulação integral da programação objeto da emenda remanejada quando for para suplementar outras programações constantes da LOA, desde que favoreçam ações do PAC ou a ação “22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil”, no âmbito do subtítulo “0043 - No Estado do Rio Grande do Sul”; e sem necessidade de constatação de impedimentos técnicos, quando o



* C D 2 4 0 8 5 7 1 1 2 3 0 0 *



CONGRESSO NACIONAL

CD/24085.71123-00

remanejamento ocorrer no âmbito de subtítulos da mesma unidade orçamentária e da mesma ação orçamentária;

- nova possibilidade de reforço das ações orçamentárias “218Y - Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas”, “00M4 - Remuneração a Agentes Financeiros”, “20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico”, “216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos” e “2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar”, sem a atual limitação de 30% para acréscimos utilizando como fontes a anulação de dotações, reserva de contingência, superávit financeiro e excesso de arrecadação, em vista de alegada insuficiência do limite atual;
- permissão para **suplementação de despesas primárias discricionárias não sujeitas aos limites da Lei Complementar 200/2023**, que, pela possibilidade de incorporação de receitas próprias, doações e convênios, acarretam a neutralização ou redução do impacto no resultado primário;
- autorização para suplementação, sem limite percentual, por ato próprio, de dotações orçamentárias que ampliem o limite de despesas primárias do Poder Executivo, nos termos do art. 14 da Lei Complementar 200/2023;
- esclarecimento quanto à possibilidade de anulação sem limite de subtítulos em favor de **despesas financeiras e primárias obrigatórias**;
- aperfeiçoamento do mecanismo de remanejamento, de modo a permitir a suplementação de despesas do Poder Executivo de forma mais flexível, posteriormente à divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de 2024; e
- reconhecimento de que a ampliação de despesa primária prevista no relatório de avaliação, em especial para acomodar revisão de despesas que dependam de incorporação de receitas, é compatível com a meta de resultado primário.



* C D 2 4 0 8 5 7 1 1 2 3 0 0 *



CONGRESSO NACIONAL

Quanto às modificações do Anexo V, a Exposição de Motivos salienta tratar-se de pleitos do Supremo Tribunal Federal (STF), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A proposta apresentada pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)**¹ visa alterar as despesas primárias e financeiras do subitem "2.1.1. Cargos e Funções Vagos", no item I, nas despesas do exercício de 2024 e correspondente anualizada, de modo a também contemplar a **criação e provimento de 160 funções comissionadas FC6, além dos 64 cargos já incluídos no referido subitem quando do Autógrafo da LOA-2024.**

O pleito do **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**² tem por finalidade alterar o referido Anexo V da LOA-2024 para alocação de dotação orçamentária para **provimento de 6 cargos efetivos**, em decorrência de concurso já homologado, e com vistas à recomposição de seu quadro funcional, com inclusão do subitem "3.5.2 Cargos e funções vagos", acrescendo os limites em despesas primárias e financeiras para o referido órgão.

Por fim, o **Ministério das Relações Exteriores (MRE)**³ solicita retificação dos valores anualizados referentes ao provimento de **27 cargos**, previstos no subitem "5.1.4. Lei nº 12.601/2012 - Cargos MRE" do Anexo V da LOA-2024, que constaram com valores reduzidos em razão de equívoco de natureza material, durante a consolidação do PLOA-2024.

Ainda conforme a Exposição de Motivos, as alterações solicitadas no mencionado **Anexo V** não resultarão no aumento da despesa prevista na LOA-2024, uma vez que dar-se-ão a partir do remanejamento nas programações constituídas nos órgãos solicitantes, conforme remanejamentos detalhados na Nota Técnica para Atos Normativos SEI nº 13/2024/MPO, de 17 de abril de 2024, da SOF. Os pleitos contemplam, conforme o disposto em anexos e memórias de cálculo que acompanham os expedientes supracitados, o remanejamento de dotações orçamentárias com informações acerca das programações orçamentárias que serão utilizadas para os cancelamentos de despesas primárias e financeiras e os correspondentes bloqueios das programações ofertadas em cancelamento.

Cabe registrar que nenhum dos documentos referentes a tais modificações ao Anexo V foi encaminhado a esta relatoria.

1 Ofício nº 2462505/GDG (SEI 40202469), de 16 de fevereiro de 2024, no bojo do Processo SEI nº 10080.000200/2024-59, posteriormente retificado pelo Ofício nº 2492893/GDG (SEI 40768942), de 13 de março de 2024.

2 Encaminhado a SOF mediante Ofício nº 144/2024/PRESI (SEI 40177220), de 16 de fevereiro de 2024, no bojo do Processo SEI nº 10080.000188/2024-82,

3 Ofício nº 10/DP/APES (SEI 41292493), de 9 de abril de 2024, no bojo do Processo SEI nº 10.000419/2024-58,





CONGRESSO NACIONAL

CD/24085.71123-00

Foram apresentadas seis emendas ao projeto:

- as Emendas nº 1 e 3, do Senador Randolfe Rodrigues e do Deputado Carlos Zaratini, respectivamente, pretendem acrescentar novas ações orçamentárias ao rol que usufruiria de maior liberalidade para recebimento de recursos oriundos de emendas parlamentares (ações “2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas”, “2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas” e “219G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS), desde que no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;
- as Emendas nº 2 e 4, da Deputada Adriana Ventura e do Deputado Cláudio Cajado, respectivamente, pretendem suprimir o § 1º-A do art. 4º, de modo a não permitir a suplementação, por ato próprio, de despesas primárias que ampliem o limite do Poder Executivo em razão de projeção positiva da realização da receita de 2024;
- a Emenda nº 5, do Deputado Cláudio Cajado, pretende suprimir a alínea ‘e’ do inciso III do § 1º do art. 4º, para não permitir a suplementação de despesas primárias discricionárias excluídas do limite do Poder Executivo, previstas no art. 2º da Lei Complementar 200/2023;
- a Emenda nº 6, do Deputado Cláudio Cajado, tenciona suprimir a alínea ‘c’ do § 1º do art. 4º, não admitindo a inclusão das ações 218Y, 00M4, 20U7, 216H e 2798 no rol da suplementação ordinária de programações classificadas com RP 2.

Posteriormente à apresentação do Projeto, foram apresentadas a esta relatoria demandas provenientes do Governo do Distrito Federal, relativas a alterações no Anexo V da LOA 2024, na parte referente ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. A Polícia Civil e a Polícia Militar distritais solicitaram, respectivamente, a inclusão de 800 e 1.284 cargos, frisando haver disponibilidade orçamentária para o respectivo preenchimento, ora imediata (PCDF), ora a título de fontes de cancelamento viáveis (PMDF).

É o Relatório.



* C D 2 4 0 8 5 7 1 1 2 3 0 0 *



CONGRESSO NACIONAL

CD/24085.71123-00

II. ANÁLISE

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está de acordo com a legislação aplicável. Observa-se que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2024-2027 (Lei nº 14.802, de 2024), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (Lei nº 14.791, de 2023), na Lei Orçamentária Anual para 2024 (Lei nº 14.822, de 2024), na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e na Lei nº 4.320, de 1964.

A principal alteração diz respeito à **flexibilização dos remanejamentos de recursos de emendas e coletivas**, permitindo-se assim que, mediante solicitação ou concordância do Autor, sejam destinadas a outras programações, destacando-se aquelas destinadas à ação **“22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil”**, no âmbito do subtítulo **“0043 - No Estado do Rio Grande do Sul”**, independentemente de ocorrência de impedimento técnico, dando celeridade às alterações.

No quadro seguinte comparamos as disposições atuais com a proposta no PLN 12/2024, assinalando-se em negrito os pontos que foram alterados. O caput do art. 4º foi ajustado em razão da nova redação do § 11 e da subsequente revogação do § 7º.

Texto LOA 2024	PLN 12/2024
Art. 4º A abertura de créditos suplementares para o aumento de dotações dos subtítulos integrantes desta Lei não poderá resultar no cancelamento de dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e coletivas, inclusive classificadas com “RP 2”, ressalvado o disposto nos §§ 7º, 10 e 11 deste artigo, e deverá:	Art. 4º A abertura de créditos suplementares para o aumento de dotações dos subtítulos integrantes desta Lei não poderá resultar no cancelamento de dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e coletivas, inclusive classificadas com “RP 2”, ressalvado o disposto nos § 10 e § 11 , e deverá
§ 7º Desde que solicitado pelo autor da emenda, fica autorizada a abertura de créditos suplementares que envolvam o remanejamento de dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e coletivas, inclusive classificadas com “RP 2”, para a suplementação de programações classificadas nesta Lei com o identificador de resultado primário 3 – Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), preservada a classificação do identificador de resultado primário da emenda. (revogado)	
§ 10. Fica autorizada a abertura de créditos suplementares que envolvam o cancelamento de dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e coletivas, inclusive classificadas com “RP 2”, desde que, cumulativamente: I - haja impedimento técnico ou legal que impossibilite a execução da despesa, em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, atestado pelo órgão setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; II - haja solicitação ou concordância do autor da emenda;	



* C D 2 4 0 8 5 7 1 1 2 3 0 0 *



CONGRESSO NACIONAL

CD/24085.71123-00

<p>III - os recursos sejam destinados à suplementação de dotações correspondentes a:</p> <p>a) outras emendas do autor; ou</p> <p>b) programações constantes desta Lei, hipótese em que, ressalvadas as emendas de comissão, os recursos de cada emenda do autor integralmente anulada deverão complementar um único subtítulo;</p> <p>IV - não ocorra redução do montante das dotações destinadas nesta Lei e em seus créditos adicionais, por autor, a ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento de ensino; e</p> <p>V - seja mantida a identificação das emendas e dos autores. (texto inalterado)</p>	
<p>§ 11. Para fins de aplicação do disposto no § 10, no caso da ação “2F07 Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher”, ficam dispensados os requisitos dos incisos I e III do referido parágrafo.</p>	<p>§ 11. Ficam dispensados:</p> <p>I - os requisitos dos incisos I e III do § 10, quando a programação orçamentária suplementada:</p> <p>a) corresponder à ação “2F07 Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher”;</p> <p>b) tiver sido contemplada com dotações de despesas classificadas nesta Lei com o identificador de resultado primário 3 - Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC); ou</p> <p>c) corresponder à ação “22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil”, no âmbito do subtítulo “0043 - No Estado do Rio Grande do Sul”; e</p> <p>II - o requisito do inciso I do § 10, quando envolver remanejamento de dotações no âmbito de subtítulos da mesma unidade orçamentária e ação orçamentária.</p>

Quanto à mudança proposta no § 11, observamos a programação “**22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil**”, no âmbito do subtítulo “**0043 - No Estado do Rio Grande do Sul**”, não existe na LOA 2024. Consta apenas a ação em subtítulo “0001 - Nacional”.



* C D 2 4 0 8 5 7 1 1 2 3 0 0 *



CONGRESSO NACIONAL

A inclusão para a programação específica em favor do Rio Grande do Sul exigiria, a rigor, **crédito especial**⁴, cuja abertura depende de lei específica, não podendo ser autorizada pelo texto da lei orçamentária.

Tendo em vista que a alocação dos recursos em uma programação nacional não impede que sejam enviados para uma localidade determinada, a proposta encaminhada pelo Executivo deve ser ajustada pelo Congresso, excluindo-se a referência ao subtítulo “No Estado do Rio Grande do Sul”. Com isso, seria possível a abertura de crédito suplementar no âmbito da ação 22BO, subtítulo “0001 - Nacional”, esclarecendo-se, no texto da lei orçamentária, que o remanejamento deve contemplar especificamente calamidades públicas, reconhecida pelo Congresso Nacional por decreto legislativo.

Em relação às demais alterações, destacamos:

a) as alterações na alínea “c” do inciso III do § 1º e no inciso VII do § 3º do art. 4º, visam conferir maior flexibilidade na suplementação de despesas dada sua criticidade no funcionamento dos Ministérios (o quadro abaixo destaca as ações que passam a contar com maior remanejamento);

b) quanto à alínea “e” do inciso III do § 1º do art. 4º, o objetivo da alteração é permitir a suplementação de despesas primárias discricionárias não sujeitas aos limites da Lei Complementar nº 200, de 2023, consideradas neutras quanto ao impacto primário (despesas custeados com doações e acordos para reparação de danos, despesas das universidades e outras instituições, desde que custeadas com receitas próprias ou convênios, etc.);

Texto LOA 2024	PLN 12/2024
Art. 4º (...) § 1º Fica autorizada a suplementação, por meio da utilização dos recursos indicados no § 2º deste artigo, das dotações relativas às seguintes despesas: III - despesas primárias discricionárias	(idem) (...) c) às ações “099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)”, “2130 - Formação de Estoques Públicos - AGF”, “0027 - Pagamentos

4 Art. 165, § 8º da CF: “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a **autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos** os da lei.”





CONGRESSO NACIONAL

<p>relativas:</p> <p>c) às ações “099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)”, “2130 - Formação de Estoques Públicos - AGF”, “0027 - Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação”, “00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)”, “0299 - Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)” e “0300 - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)”;</p>	<p>no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação”, “00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)”, “0299 - Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)”, “218Y - Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas”, “00M4 - Remuneração a Agentes Financeiros”, “20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico”, “216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos”, “0300 - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)”, e “2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar”;</p>
	<p>(...)</p> <p>e) despesas primárias de que tratam os incisos III, IV e V do § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 2023; e</p>

c) de acordo com o Executivo, o § 1º-A possibilita a suplementação em razão do aumento do limite de despesas primárias previsto no art. 14 da Lei Complementar 200/2024 (crédito adicional autorizado em face da projeção de variação positiva da receita). Os incisos I e I-A do § 2º do art. 4º, por sua vez, foram propostos para conferir maior flexibilidade à anulação de dotações em atendimento a despesas críticas;

Texto LOA 2024	PLN 12/2024
<p>Art. 4º (...)</p> <p>§ 2º Para a suplementação das dotações de que trata o § 1º, poderão ser utilizados recursos provenientes de:</p>	<p>Art. 4º (...)</p> <p>§ 1º-A Fica autorizada a suplementação de dotações orçamentárias em razão do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 200, de 2023.</p>





CONGRESSO NACIONAL

<p>I - anulação de dotações, limitada, no caso de despesas primárias discricionárias, a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;</p>	<p>§ 2º Para a suplementação das dotações de que tratam os § 1º e § 1º-A, poderão ser utilizados recursos provenientes de:</p> <p>I - anulação de dotações, na hipótese de atendimento das despesas previstas nos incisos I e II do § 1º;</p> <p>I-A - anulação de dotações, limitada, no caso de anulação de despesas primárias discricionárias, a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação, em atendimento das demais despesas não relacionadas nos incisos I e II do § 1º;</p>
--	--

d) quanto ao inciso VI do § 3º do art. 4º, a alteração visa a tornar mais claro o alcance dos remanejamentos após o relatório do quinto bimestre, nos moldes como estava previsto na Lei Orçamentária do ano anterior, uma vez que a redução atual deixa dúvida se as dotações classificadas conforme os demais incisos poderiam ser atendidas por este inciso;

Texto LOA 2024	PLN 12/2024
<p>Art. 4º (...) § 3º (...) VI - do Poder Executivo não abrangidas pelos demais incisos deste parágrafo, devendo os remanejamentos ser efetuados somente após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de 2024; e</p>	<p>Art. 4º (...) § 3º (...) VI - do Poder Executivo que não possam ser realizadas na forma e nos limites dos demais incisos deste parágrafo, devendo os remanejamentos ser efetuados somente após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de 2024.</p>

e) o item 1 da alínea “b” do inciso I do § 5º do art. 4º, prevê que a ampliação da despesa primária, para fins de sua compatibilidade com a meta de resultado primário, deve estar fundamentada ou prevista no relatório de avaliação de receitas.

Texto LOA 2024	PLN 12/2024
----------------	-------------





CONGRESSO NACIONAL

CD/24085.71123-00

Art. 4º (...) § 5º, I, alínea b) 1. estiver fundamentado no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024; ou	Art. 4º (...) § 5º, I, alínea b) 1. estiver fundamentado ou previsto no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024; ou
---	---

Entendemos desnecessária a alteração promovida pelo § 1º-A do Projeto, em vista de o texto atual da LOA já permitir a suplementação das despesas obrigatórias e financeiras sem limitação de corte nos subtítulos oferecidos como fonte.

Sobre as alterações propostas ao Anexo V da LOA 2024, relativas às demandas da Polícia Civil e da Polícia Militar do Distrito Federal, cuja documentação declara a disponibilidade orçamentária para provimento dos cargos requeridos, entendemos plausível sua aprovação. No entanto, quanto às alterações relativas ao STF, CNMP e MRE, faz-se necessário rever em oportunidade próxima sua viabilidade.

Em relação às emendas propostas, entendemos pertinente a aprovação daquelas de nº 1 e 3, de texto idêntico. Os autores indicam, com acerto, a possibilidade de permitir que as emendas parlamentares nas áreas da saúde e da assistência social possam ser mais rapidamente remanejadas em favor do Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto às emendas de nº 2 e 4, que pretendem afastar alterações propostas pelo Executivo, entendemos tratar-se de ajuste plausível, em vista da possibilidade de encaminhamento de projeto de lei que viabilize a abertura do crédito referido no art. 14 da Lei Complementar 200/2023, ao invés de abertura por ato próprio. Nesses termos, o Congresso terá maior participação sobre essa ampliação do orçamento.



* C D 2 4 0 8 5 7 1 1 2 3 0 0 *



CONGRESSO NACIONAL

Rejeitamos a Emenda nº 5, em razão da relevância das despesas relativas às com receitas próprias, ou de convênios, contratos ou instrumentos congêneres, a cargo de universidades e outras instituições federais, que merecem ser integradas à sistemática de suplementação própria do art. 4º.

Quanto à Emenda de nº 6, em vista da possibilidade de remanejamento interno das ações orçamentárias listadas no inciso VII do § 3º do art. 4º da LOA 2024, entendemos possível sua aprovação.

III. VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do PLN nº 12, de 2024, e das Emendas nº 1, 2, 3, 4 e 6, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado JONAS DONIZETTE

Relator





CONGRESSO NACIONAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI

Altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º A abertura de créditos suplementares para o aumento de dotações dos subtítulos integrantes desta Lei não poderá resultar no cancelamento de dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e coletivas, inclusive classificadas com “RP 2”, ressalvado o disposto nos § 10 e § 11, e deverá:

.....
§ 1º

.....
III

.....
e) despesas primárias de que tratam os incisos III, IV e V do § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 2023; e

.....
§ 3º

.....
V - no âmbito da mesma unidade orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ou do Ministério da Educação; e





CONGRESSO NACIONAL

VI - do Poder Executivo que não possam ser realizadas na forma e nos limites dos demais incisos deste parágrafo, devendo os remanejamentos ser efetuados somente após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de 2024.

.....
 § 5º

I -

b)

1. estiver fundamentado ou previsto no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024; ou

.....
 § 11. Ficam dispensados:

I - os requisitos dos incisos I e III do § 10, quando a programação orçamentária suplementada:

a) corresponder à ação “2F07 Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher”;

b) tiver sido contemplada com dotações de despesas classificadas nesta Lei com o identificador de resultado primário 3 - Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC); ou

c) corresponder à ação “22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil”, no âmbito do subtítulo “0001 - Nacional”, desde que destinada ao atendimento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional por decreto legislativo; e

II - o requisito do inciso I do § 10, quando envolver remanejamento de dotações no âmbito de subtítulos da mesma unidade orçamentária e ação orçamentária.

.....” (NR)

Art. 2º O Anexo V à Lei nº 14.822, de 2024, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo a esta Lei.





CONGRESSO NACIONAL

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos do art. 4º da Lei nº 14.822, de 2024:

I - o inciso VII do § 3º; e

II - o § 7º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,





CONGRESSO NACIONAL

ANEXO V

ANEXO V

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 120, INCISO IV, DA LDO-2024, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2024

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	QTDE	PROVIMENTO					
			NO EXERCÍCIO			ANUALIZADA		
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES exceto reposição (I):								
5.3. Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	-	2.084	159.166.893	-	159.166.893	318.333.787	-	318.333.787
5.3.1 Fixação de Efetivos - PCDF	-	800	77.141.981	-	77.141.981	154.283.964	-	154.283.964
5.3.1 Fixação de Efetivos - PMDF	-	1.284	82.024.912	-	82.024.912	164.049.823	-	164.049.823
						VALOR		
10.73901.28.845.0903.00NR.0053 - Fundo Constitucional do Distrito Federal			Esfera/Orgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Localizador de Gasto			318.333.787		

